

Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2017/2021

Ata número dez

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada
no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, na segunda sessão, ordinária do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Mêda, com a seguinte ordem de trabalhos: **1)** Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira; **2)** Proposta n.º 05/2019 – Procedimento concursal para provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2º e 3º Grau; **3)** Proposta n.º 07/2019 – Autorização prévia para repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos, nos termos do disposto na alínea c), n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro referente ao Procedimento de Consulta Prévia de Aquisição de Serviços de Gestão de eficiência Energética no Sistema de Iluminação Pública no Município de Mêda; **4)** Para conhecimento, Relatório Anual de Atividades – ano 2018 – da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda (CPCJ); Aprovação em minuta do texto das Deliberações da Assembleia Municipal de Mêda.-----

Quando eram nove horas e quarenta e dois minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João Jorge Ferreira Lourenço, deu por iniciada a sessão.-----
Seguidamente, passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Senhor Luís Filipe Branco Lopes, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: João Jorge Ferreira Lourenço (Presidente da Assembleia Municipal); António Óscar Dias Amaral Sampaio (Primeiro Secretário); José Augusto Heitor Fonseca; Cláudio Jorge Heitor Rebelo; Pedro Miguel Soeiro Lourenço; Miguel Ângelo Almeida Will; Paulo Jorge de Lemos Amaral; Marcelino António Rosa Piçarra, em substituição de António Carlos Proença Simão de Almeida; Rui Miguel Costa Droga, em substituição de Luís Manuel Pêgo Todo Bom; Fernando Jorge Pinto Lopes; António Manuel da Silva Ramos; Fernando Manuel Sérgio Jesus; Hermínio José Costa Albino; Lúcio Augusto Pimentel Lourenço; Mauro dos Santos Amado Frade (Presidente da Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga); João Maria Diogo Sequeira (Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso); Antero Augusto Gomes Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira); Pedro Alexandre Amaral Ribeiro (Presidente da Junta de



Susana
Silva

Freguesia do Rabaçal); Vítor Manuel Almeida Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados); Luís Miguel Pires Marinho (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva); Jorge Miguel Graça Lourenço (Presidente da Junta de Freguesia do Poço do Canto); António Norberto Rodrigues Tairum (Presidente da Junta de Freguesia de Longroiva), Rui Almeida Pinto, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da Coriscada; António Inácio Amado Flor, em substituição do Presidente da Junta da União de Freguesias de Valeflor, Carvalhal e Paipenela; Joaquim António Rebelo Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Prova e Casteição) e, por último Luís Filipe Branco Lopes (Segundo Secretário). -----

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Anselmo Antunes de Sousa e os Senhores Vereadores Paulo Jorge Santos Dias Esteves, Aurélio Teixeira Fonseca Saldanha, Aires Jorge Abreu Sampaio e Mello do Amaral e António César Valente Figueiredo.-----

-----**PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **período de intervenção do público**, dizendo que, e apesar de não existir qualquer inscrição por parte do público, foi enviada uma carta por um munícipe que solicitou que a mesma fosse lida durante este período. Após análise da mesma, a mesa entendeu que deveria interpretar de forma um pouco extensiva o artigo 67.º do regimento. Assim, passou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, António Óscar Dias Amaral Sampaio que procedeu à leitura da mesma:-----

*“Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal de Mêda,-----
Doutor João Jorge Ferreira Lourenço-----*

Na impossibilidade de me deslocar presencialmente à Assembleia Municipal de Mêda, solicito que este texto seja lido, por si ou por representante da Mesa, no período destinado à participação dos Munícipes. Igualmente, porque se trata de uma intervenção, solicito que este texto seja anexado à ata desta Assembleia.-----

5 de fevereiro de 2019-----

Caros Deputados Municipais,-----

Caros representantes do Executivo Municipal,-----

Na ata da Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2018, a última que está disponível no site do Município, pode ler-se na intervenção do Senhor Vereador Aurélio Saldanha,

que muito estimo, a seguinte intervenção sobre a Associação Juvenil Mêda+;-----

«Pessoalmente, disse que discordou do valor atribuído (25.000€), sublinhando que a Associação “Mêda+” não pode continuar a apresentar contas de merceeiro.»-----

a) No momento desta intervenção, ainda não tinha sido apresentado o Relatório de Atividades e Contas relativo ao apoio que é aqui referido (2018);-----

b) O relatório foi já entregue ao Executivo Municipal e teremos muito gosto que tanto o de 2018, como os dos últimos 8 anos, possam ser disponibilizados para consulta de todos os deputados e vereadores municipais;-----

c) Não me consta que as contas dos merceeiros sejam mal feitas;-----

d) A Associação Juvenil Mêda+ apresenta ao Município, todos os anos, um relatório extenso com todas as despesas e receitas discriminadas e detalhadas, disponibilizando-se, também, para apresentar as facturas das maiores despesas a quem o solicitar;-----

e) Pela sua constituição legal, enquanto Associação Juvenil registada no Instituto de Registos e do Notariado e no RNAJ, a Associação Mêda+ não é obrigada a apresentar um relatório elaborado por um Técnico Oficial de Contas;-----

f) O Senhor Vereador discorda pessoalmente do valor do apoio (25.000€). Respeito mas discordo totalmente. Considero que deveria ser até um apoio maior. Tenho memória de eventos organizados pelo Município em anos longínquos, bem mais avultados (na casa das centenas de milhares de euros) e sem metade do impacto regional e nacional.-----

Porque estas contas de merceeiros estão organizadas, gostava de apresentar aos Senhores Deputados Municipais alguns dados importantes para entender a importância do Mêda+ no concelho:-----

a) Em 2015, por exemplo, a Associação teve como fornecedores **39** pequenos empresários do concelho-----

b) Do valor que constituiu o apoio financeiro da Câmara Municipal na altura, cerca de **30% foi transferido diretamente** para estes empresários.-----

c) O retorno financeiro indireto, isto é, a economia gerada pela presença de milhares de jovens nos últimos 9 anos, é de uma riqueza tão óbvia para todos que não esperava, em 2019, ainda ter de a explicar. O Mêda+ não tira dinheiro dos cofres da Câmara; o Mêda+ multiplica riqueza para o concelho, em todos os níveis.-----

Algumas notas que mostram a dimensão do Mêda+;-----

a) O Mêda+ tem desde 2013 uma parceria com a rádio pública Antena 3 para divulgação do festival e do nome da Mêda.-----

b) Em 2016 tivemos um anúncio televisivo gratuito durante duas semanas na RTP2;-----

c) O “Mêda+” foi já várias vezes descrito em diferentes órgãos de comunicação social como “o melhor festival do interior” ou “Um festival a descobrir” em todo o circuito cada vez mais preenchido;-----

d) Recebemos, ainda em 2016, a visita do Secretário de estado da Juventude e do Desporto pelo reconhecimento de boas práticas Associativas;-----

e) Em 2018, o nome da Mêda “voou” com a revista de bordo da TAP, distribuída a mais de 1 milhão de passageiros internacionais.-----

Prova do sucesso do Mêda+ é que, nos últimos anos, vários Municípios vizinhos decidiram apostar em produtos semelhantes e imitações, cientes do valor do Mêda+, e investiram nesses Festivais quantias bem mais avultadas do que aconteceu no nosso concelho.-----

O Senhor Deputado Pedro Lourenço, do PS, que muito estimo, perguntou na reunião:---

«Enquanto dirigente de uma Associação, gostaria de saber qual é o montante atribuído pela Câmara Municipal à Associação Juvenil Mêda+ para a realização de mais uma edição do Festival Mêda+. Aditou que colocava a questão porque durante uma reunião, que decorreu na Câmara Municipal de Mêda, ficou acordado que a Câmara Municipal transferia para o Clube 75% do orçamento total do mesmo. Lamentou que, posteriormente a essa reunião, tenha havido Vereadores da Câmara, aquando da discussão do protocolo entre o SCM e a Câmara Municipal, tenham votado contra. Assim gostaria de saber se as restantes Associações do concelho vão ser participadas em 75% ou em 100%.»-----

a) Gostaria que esta resposta tivesse sido dada prontamente pelo Executivo Municipal. Não o tendo feito, dou-a a agora com meses de atraso: a Câmara Municipal de Mêda não financia a Associação Mêda+ em 100% do seu orçamento. Grande parte do financiamento provém de receitas próprias, como se pode ler nos relatórios de atividades e contas. Durante vários anos, as receitas próprias ultrapassaram mesmo os 50%.-----

b) Senhor Deputado, nunca precisámos de nos comparar com outras associações, ou questionar os apoios quês estas recebiam, para reivindicar o apoio ao Mêda+. Essa questão é deselegante, principalmente colocada numa Assembleia Municipal e aliada ao

desconhecimento da realidade.-----

Senhores Deputados, para conhecimento público, uma vez que não conseguimos até à data solucionar esta questão entre portas:-----

a) Há anos que estamos numa sede “eternamente provisória”. Em 2016 mudámos de piso no Edifício Conde Ferreira para dar lugar à Loja do Cidadão, para uma sala sem dignidade e sem quaisquer condições para reunir e trabalhar, apesar de termos assinado um protocolo que previa a utilização de uma das salas da antiga escola primária.-----

Senhores Deputados, para a vossa reflexão:-----

No último ano, a nossa Associação teve prejuízo e não conseguiu regularizar os pagamentos a dois fornecedores. Foi solicitado à Câmara Municipal um apoio extraordinário para suprir estas despesas e para, em tempo útil conseguirmos preparar a edição de 2019, a 10ª.-----

Por uma indefinição política e partidária que, no dia em que vos escrevo, está a travar a aprovação do orçamento para 2019, chegamos a fevereiro sem este assunto resolvido.

E executivo municipal e a oposição estiveram focados em “questões maiores”, mas talvez distraídos de temas que realmente interessam e, neste caso, de um Festival que é uma referência. Chegamos a fevereiro sem saber se vai realizar-se em 2019. Um evento destas dimensões não se prepara com dois ou três meses de antecedência.-----

O Mêda+ não é um favor que a Câmara faz à organização, é importante que se perceba isso. Somos jovens com percursos académicos e profissionais independentes, muitos deles fora do concelho, e que encontraram nesta Associação uma forma de participação e de ligação à Mêda, uma participação **estritamente voluntária**. -----

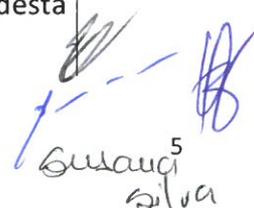
Para que o festival tenha sucesso e para que o concelho se desenvolva (teorizou-se muito sobre o desenvolvimento do concelho na Assembleia Municipal em questão) precisamos não só de apoio financeiro, mas também de apoio institucional dos vários agentes políticos. Tem sido, infelizmente, raro.-----

Encontro-me disponível para prestar, a quem o desejar, todos os esclarecimentos sobre este assunto, na expectativa de que tenham interesse em conhecer com mais propriedade a realidade desta Associação.-----

Com os melhores cumprimentos,-----

Pedro Rebelo Pereira”-----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a mesa irá proceder ao envio desta



Susana⁵
Silva

carta ao Executivo para respectiva resposta.-----

O Senhor **Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD)** solicitou que a mesma seja, também, enviada a todos os Deputados.-----

O Senhor Presidente da Assembleia concordou com o pedido do Senhor Deputado, pedindo aos serviços para procederem ao envio a todos os Deputados.-----

Interveio o Senhor **Vereador Aurélio Saldanha**, solicitando que lhe fosse dada a palavra, uma vez que é um dos visados na carta.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interpôs que a intervenção do Senhor Vereador, nos termos regimentais não pode ser feita neste momento, pelo que lhe será dada a palavra na altura certa.-----

O Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)** solicitou um pedido de esclarecimento à mesa sobre a condução dos trabalhos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Deputado que teria que fazer o pedido de esclarecimento por escrito, algo que decorre dos princípios legais.-----

-----**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**:-----

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mêda, João Jorge Ferreira Lourenço, deu início ao período de “antes da ordem do dia”.-

ATA NÚMERO SETE DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a ata número sete de dois mil e dezoito, da sessão realizada no dia dezanove de novembro de dois mil e dezoito, questionando se algum membro pretendia intervir.-----

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD)**, dizendo que gostaria de fazer duas observações relativamente à ata desta Sessão Extraordinária:---

Primeiro, disse verificar que continuam a existir erros na elaboração da diversa documentação. Mais uma vez, apesar da sua persistência, continua a observar erros no português empregue. Na sua opinião trata-se de lapsos cometidos por falta de leitura final do texto, antes de ser enviada para os Senhores Deputados.-----

Segundo, verificou que, apesar de também ter tido pai e mãe, apenas o Senhor Deputado, de entre vinte e cinco presenças referidas na Sessão, é identificado somente com o nome e apelido e não com o nome, sobrenome, apelido de mãe e apelido de pai,

como de resto se identificou perante o tribunal aquando da apresentação da sua candidatura. Assim, solicitou que seja identificado como todos os outros Senhores Deputados, pelo nome completo.-----

Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a ata número sete de dois mil e dezoito, da sessão realizada no dia dezanove de novembro de dois mil e dezoito, a qual foi aprovada por unanimidade. Os membros da Assembleia Municipal, que não estiveram presentes na referida sessão, não participaram na aprovação da ata, nos termos do disposto no número três do artigo trinta e quatro do anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de sete de janeiro.-----

INTERVENÇÕES:-----

De seguida, e no período destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município, foram abertas as inscrições para os membros apresentarem as suas intervenções.-----

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)**, do Grupo Municipal do PSD, que passou a ler a Moção, a saber:-----

-----"MOÇÃO-----

-----***Não ao Brexit da Saúde no Concelho de Mêda***-----

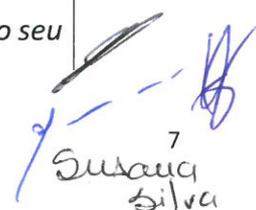
Considerando que nos últimos tempos, por todo o País, com destaque para o interior, há um gravíssimo ataque aos Direitos das Populações, no que diz respeito ao desinvestimento na área da saúde.-----

Considerando que no nosso concelho os profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, administrativos e outros auxiliares têm sido um importante meio nos cuidados prestados aos homens, mulheres e crianças que neste concelho vivem e trabalham.-----

Considerando que, na atualidade, o Centro de Saúde de Mêda enquadra-se na complexa situação de falta de recursos humanos médicos, que tem tido como consequência o encerramento, não raras vezes, do Centro de Saúde de Mêda.-----

Considerando que a única alternativa que é dada aos Medenses, na sua maioria idosos e com fracos recursos financeiros, é o recurso ao Centro de Saúde de Vila Nova de Foz-Côa que dista cerca de 26 quilómetros da sede do nosso concelho.-----

Considerando que os eleitos locais deste concelho têm responsabilidades acrescidas na definição e/ou proposição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o seu


7
Susana
Silva

concelho. Sendo que os serviços de saúde são um dos bens elementares – embora cada vez mais escassos para os nossos municípios – para o desenvolvimento de um concelho, urge que todos em uníssono, façamos do nosso Centro de Saúde um equipamento de referência no distrito da Guarda.-----

A Assembleia Municipal de Mêda, reunida no dia 28 de fevereiro de 2019, decide:-----

1. Exigir da ULS Guarda, ARS Centro e do Governo a contratação de mais médicos, bem como a reabertura do SAP do Centro de Saúde de Mêda 24h/dia.-----
2. Exigir a criação da Comissão Municipal de Saúde – proposta, há vários meses, pelo Grupo Municipal do PSD.-----
3. Exigir que o Executivo Municipal seja proactivo na defesa intransigente de um Centro de Saúde com bons equipamentos, com mais e melhores serviços, com mais profissionais de saúde e com um funcionamento que dignifique todos os profissionais que nele já trabalham, bem como todos os utentes. Mostrando, assim, o seu veemente protesto às várias entidades competentes, sobre o atual estado em que se encontra o nosso Centro de Saúde.-----
4. Apelar à mobilização da população do concelho, contra qualquer diminuição dos serviços prestados e em defesa do seu direito à exigência de melhores serviços de saúde.-
5. Manifestar o seu apoio a todos os profissionais de saúde do Centro de Saúde de Mêda.-
6. Acompanhar o evoluir da situação e tomar novas deliberações que se justifiquem.----

Esta moção, depois de aprovada deve ser enviada às seguintes entidades:-----

Enviar à Câmara Municipal de Mêda;-----

Enviar aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Comissão de Saúde da Assembleia da República;-----

Enviar ao Senhor Ministro da Saúde e Secretário de Estado da Saúde;-----

Enviar ao Senhor Presidente da ARS Centro;-----

Enviar à Senhora Presidente da ULS Guarda;-----

Enviar à Senhora Presidente do Centro de Saúde de Mêda;-----

Enviar para a Comunicação Social Regional.”-----

Explicou que decidiu intitular esta Moção de “Não ao Brexit da saúde no concelho de Mêda”, porque entende que em termos de saúde, está pior o concelho do que a europa sem o Reino Unido. Recordou que logo no início do mandato, propôs a criação de uma Comissão Permanente para a Saúde, perspetivando já esta situação. Comissão que nunca chegou a ser criada. Declarou que a saúde foi e está a ser o grande “calcanhar de

Aquiles” dos portugueses e deste Governo Socialista, consequência do desinvestimento que está a ser feito nesta área. Mais declarou que a saúde é um dos pilares basilares do desenvolvimento de um concelho, porque ninguém vai tomar a iniciativa de vir viver para um concelho que não dispõe de acesso à saúde. Defendeu que a culpa desta situação será sempre, em primeira instância, do Governo, mas o Executivo em Exercício também não deixa de ter a sua quota-parte, devido à falta de pró-atividade em defesa de um direito, como é o direito à saúde.-----

O Senhor **Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD)**, no uso da palavra, e em virtude de só terem conhecimento da Moção neste exato momento, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a suspensão dos trabalhos por alguns minutos, para análise da mesma e posterior discussão e votação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a observação feita pelo Senhor Deputado, suspendendo a Sessão por cinco minutos. Dando-se por reiniciado o período de antes da ordem do dia, passou a palavra o Senhor **Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS)** que comparou a intervenção do Senhor Deputado Fernando Lopes à volta a Portugal em bicicleta durante o mês de dezembro. Clarificou que, neste momento, já se encontra concretizada a transferência de um casal de médicos, jovens por sinal, o que dá a garantia de poderem ficar por trinta ou quarenta anos. Congratulou-se com esta notícia, dando os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pelo esforço feito. Apesar da boa notícia, a falta de médicos é um problema de todo o Interior. Não obstante, considera esta Moção extemporânea, transmitindo que refere pontos com os quais não concorda, nomeadamente a criação de uma Comissão Permanente para a Saúde, situação sobre a qual, já reuniram anteriormente os três líderes de bancada, tendo decidido, por unanimidade, rejeitar a referida proposta.-----

Interveio o Senhor **Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD)** dizendo que das palavras do Senhor Deputado Cláudio Rebelo retirou algum excesso de zelo político.-----

Congratulou-se com a vinda do casal de médicos de família para o Centro de Saúde de Mêda, dando os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela posição tomada.-----

Clareou que na reunião de trabalho, à qual se referiu o Senhor Deputado e onde estiveram presentes os três líderes de bancada, foi decidido, num primeiro momento fazer a revisão do Regimento e, só após essa revisão abordar o assunto Comissões Permanentes.-----

De novo no uso da palavra, o Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)** fez saber que aquando da redação da Moção, não fazia ideia que o Centro de Saúde de Mêda já tinha dois novos médicos de família. Não obstante esta ser uma boa notícia, ainda assim considera a vinda deste casal insuficiente. Esta Moção tem por objetivo não só reivindicar a vinda de mais médicos de família, mas também dotar o Centro de Saúde de mais valências, tornando o Centro de Saúde de Mêda um Centro de Saúde de referência no Distrito. Finalizou frisando que o principal objetivo desta Moção é ter um SAP - Serviço de Apoio Permanente, aberto 24 horas.-----

Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que iria submeter à votação a proposta de moção apresentada pelo PSD.-----

No uso da palavra, o Senhor **Deputado Municipal José Heitor da Fonseca (PS)**, questionou se a Moção é votada na totalidade ou ponto por ponto.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, no seu entendimento, a Moção é para ser votada na totalidade.-----

Interveio o Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)** dizendo que trouxe a Moção a esta Assembleia para que a mesma seja discutida, e querendo, sejam feitas as alterações necessárias.-----

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Municipal Cláudio Rebelo** assumindo que é do conhecimento de todos quem foi que fechou o SAP - Serviço de Apoio Permanente, na Mêda. Referindo-se à moção apresentada, declarou que não a podia votar favoravelmente, justificando que, embora concorde com a proposta, não aceita que se estejam a exigir mais médicos quando essa foi já uma meta alcançada. A exigir, então que se exija a reabertura do SAP para além das 20:00 horas. Face ao exposto, disse que, caso seja retirado o ponto 2 da moção, então votará favoravelmente a mesma.-----

Retomou o uso da palavra o Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)** clareando que o objetivo da proposta de moção é mesmo esse. Ou seja, não refere em concreto quantos médicos deverão vir, e exige a reabertura do SAP 24 horas. Uma coisa há-de ser consequência da outra. Afirmou que aceita que possam reestruturá-la de forma a ficarem todos mais confortáveis, mas não abdica do ponto 2, uma vez que é uma proposta que já vem do início do mandato, e que considera ser essencial. Reiterou que o ponto 2 é uma exigência da Bancada do PSD da qual não abdicam.-----

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor **Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** partilhando que esteve presente na reunião convocada para discussão de constituição das Comissões Permanentes, salientando que o que esteve sempre em causa foram os custos que estas Comissões acarretariam, designadamente com senhas de presença, ajudas de custo e subsídio de transporte. Acrescentou que foi decidido, de forma unanime, criar essas e outras comissões desde que as mesmas não viessem onerar o orçamento da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal complementou que o que foi deliberado em conferência de líderes, no dia 19 de setembro de 2018, foi que as Comissões Permanentes enquanto tais, seriam excessivamente onerosas para o Município. Aditou que em alternativa foi pensado criar Grupos de Trabalho.-----

MOÇÃO – “Não ao Brexit da Saúde no Concelho de Mêda”:-----

A proposta da Moção foi aprovada, por maioria, com votos a favor (1 PS, 6 PSD, 4 CDS/PP e 4 IND), votos contra (9 PS, João Jorge Ferreira Lourenço, António Óscar Dias Amaral Sampaio, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, José Augusto Heitor da Fonseca, Luís Filipe Branco Lopes, Luís Miguel Pires Marinho, Mauro dos Santos Amado Frade, Joaquim António Rebelo Santos e Miguel Ângelo Almeida Will) e uma abstenção do PS (Pedro Lourenço).-----

O Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)**, saudou, em particular, o Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo pela recente nomeação como Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, dizendo em jeito irónico que “pela boca morre o peixe”. Recordou que, em tempos idos, quando nomeado para estas mesmas funções, na bancada do PS ouviu-se que era uma falta de ética, chegando a colocar em causa a nomeação, uma vez que tinha acesso a informações privilegiadas que poderia utilizar, ou não, enquanto deputado municipal. Garantiu que nunca houve nem haverá qualquer ilegalidade neste tipo de situações. Opinou que o Senhor Presidente da Câmara escolheu a pessoa mais bem preparada, em termos políticos, para exercer estas funções. Espera que esta nomeação venha a dar frutos em termos de desenvolvimento do concelho e de afirmação política deste Executivo. Declarou, sem qualquer medo de utilizar a palavra, que é o tal do *lobby*, e espera que, daqui a um ano esteja naquela mesma sala a reforçar os parabéns e a enaltecer o funcionamento da Câmara.-----

No que concerne à proposta de criação das Comissões Permanentes, onde se inclui a da Saúde, expôs que nunca questionou se havia ou não direito a senhas de presença, até porque, não há qualquer garantia, de que a mesma não possa vir a ser única e exclusivamente composta por eleitos residentes no concelho. Considera que toda esta situação não passa de falta de sensibilidade política e antidemocrática, à qual, infelizmente, já se estão a habituar. Paralelamente a esta situação abordou a leitura da carta no período destinado ao público, algo que não passa pela cabeça de ninguém. Enfatizou que, infelizmente, o regimento é válido para alguns, mas não é para todos. Questionou por que motivo é que não foi dada a palavra, quer aos Senhores Deputados, quer ao Vereador Aurélio Saldanha, que é um dos visados na mesma, para se pronunciarem sobre esta matéria. Na sua opinião, isto é subverter, totalmente, os princípios da democracia.-----

Sobre a vinda do Senhor Primeiro Ministro à Mêda, afirmou que, neste momento, não tem dúvidas que o Senhor Primeiro Ministro fará as visitas que forem necessárias. Ainda neste contexto, reforçou que espera que a vinda do casal de médicos de família para o Centro de Saúde, não passe de um “número artístico” devido à proximidade das eleições. Disse ser um defensor do protocolo, e por isso não podia deixar de criticar o facto de o Senhor Primeiro Ministro não ter visitado o Salão Nobre dos Paços do Concelho. Mas mais grave que isto, é o facto de se ter anunciado que o Regadio Tradicional da Coriscada vai ser uma realidade (garantia dada pelo Senhor Ministro da Agricultura ao Senhor Presidente da Câmara), quando a sua experiência de mais de vinte anos na política, lhe diz o contrário. Espera estar enganado. Sugeriu que se altere todo o projeto, tornando-o num projeto sério e ambicioso, do ponto de vista empresarial, até porque, está convicto de que se se mantiver o mesmo projeto, não vê um empresário a querer investir. Ainda assim, deu por positiva a visita do Senhor Primeiro Ministro, porque é algo que nos orgulha a todos. Terminando a sua intervenção comparou o concelho à banda de música do navio “Titanic”, que continuava a tocar enquanto o navio afundava.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que não deu a palavra ao Senhor Vereador Aurélio Saldanha no “período destinado ao público”, porque, e de acordo com o regimento, não há direito a resposta. Depois os Senhores Vereadores só têm direito a intervir depois de devida autorização do Senhor Presidente da Câmara

Municipal, pelo que relegava esse pedido de intervenção para o “período de antes da ordem do dia”.

Seguidamente, usou da palavra o Senhor **Deputado Municipal José Heitor da Fonseca (PS)** que apresentou, através de visionamento em *powerpoint* o documento “Ponto de partida para construir uma estratégia para a Mêda, à procura de uma identidade”, apresentação que se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo I).

O Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)**, no uso da palavra, agradeceu o trabalho realizado pelo Senhor Deputado, referindo que é com agrado que vê que o trabalho agora apresentado não passa de uma leitura exaustiva daquilo que foi o programa eleitoral do Partido Social Democrata. Sustentou que são *ipsis verbis* os compromissos assumidos, à época, pelo PSD. Lembrou a proposta feita no início do mandato para criação das Comissões Permanentes da Economia e da Saúde, que seriam o local indicado para se estar a tratar este tipo de assunto. Posto isto, solicitou ao Senhor Deputado José Heitor da Fonseca, já que tomou a iniciativa de realizar este trabalho, de fazer algum *lobbie* junto do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para criar as Comissões propostas.

No uso da palavra, o Senhor **Deputado Municipal José Heitor da Fonseca (PS)** retorquiu que irá preconizar nesse sentido, confessando que foi buscar ideias onde elas estavam. Declarou que, evidentemente, a campanha eleitoral, foi o momento em que mais aprendeu, devido ao contato direto que teve com a realidade.

Interveio o Senhor **Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD)** começando por declarar que o que ali foi proposto pelo Senhor Deputado José Heitor da Fonseca, foram mais pontos do que luz, solicitando que o mesmo fosse enviado a todos os Deputados Municipais.

Seguidamente, felicitou o Senhor Deputado Cláudio Rebelo pela sua nomeação enquanto Chefe de Gabinete, desejando-lhe sucesso.

Pronunciando-se sobre o Ecocentro de Mêda, deu nota que começou na passada quarta-feira a recolha de cartão nos empresários locais. Considera que, embora esta seja uma boa iniciativa, era algo que já era feito pelos funcionários da autarquia. Ainda sobre esta matéria solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara para que o Ecocentro de Mêda passe a contar com funcionário pago pela Resiestrela. Seguidamente justificou o seu pedido com o facto de o concelho, no que se refere a ecopontos, estar uma

desgraça. Defendeu que para quem quer ter um concelho verde, este não é o melhor caminho; depois porque reduz, claramente, os custos que o Município tem com os indiferenciados.

Saudou a reinstalação da luz no espaço envolvente ao edifício do Mercado Municipal. Saudou também os arruamentos que estão a ser feitos não só na sede do concelho, mas nas diversas freguesias, sugerindo um maior acompanhamento do património por parte dos técnicos da autarquia através de planos estratégicos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, recordou ao Senhor Deputado Paulo Amaral, que no início da apresentação do Senhor Deputado José Heitor da Fonseca, referiu que o trabalho elaborado pelo mesmo será enviado a todos os Senhores Deputados Municipais, via e-mail, ficando a aguardar, durante o mês de março, os contributos dos Senhores Deputados, os quais deverão ser enviados para o secretariado da Assembleia Municipal, a fim de serem integrados na apresentação agora feita.

O Senhor **Deputado Municipal Pedro Lourenço (PS)**, enquanto visado na carta enviada pelo munícipe Pedro Pereira, afirmou que citou a Associação Mêda+, como poderia ter citado uma outra qualquer associação do concelho. Uma vez que na Sessão da Assembleia Municipal de Mêda de 28 de setembro, não obteve, por parte do Senhor Presidente qualquer resposta às questões por ele colocadas, solicitava, agora, que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse qual o apoio financeiro dado à dita Associação.

Seguidamente saudou a iniciativa que teve o Senhor Deputado José Heitor da Fonseca, seguindo o programa apresentado pelo Partido Socialista nas últimas autárquicas. Apesar de algumas ideias já estarem a ser implementadas pelo Executivo, apelou à convergência de todos os Deputados, sublinhando que o Partido Socialista já está a dar o seu contributo, esperando que a oposição também o dê.

Tomando o uso da palavra, o Senhor **Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP)** começou por lamentar a quebra de protocolo aquando da visita do Senhor Primeiro Ministro à Mêda. Acrescentou que, e de acordo com o sms que lhe foi enviado, a visita do Senhor Primeiro Ministro teria a ver com o desenvolvimento na área da viticultura ou vitivinicultura, pelo que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que o informasse sobre o que foi decidido relativamente a estas duas áreas.

Dirigiu-se depois ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, recordando-o de intervenções do público que tinham resposta imediata por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal. No caso em concreto, para além de o munícipe não estar presente, não foi dada a palavra ao Senhor Vereador Aurélio Saldanha enquanto visado na referida carta. Lamentou esta situação, solicitando que fosse permitido ao Senhor Vereador dar uma resposta ao munícipe, e que a mesma fique registada em ata.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou o Senhor Deputado, que a decisão por ele tomada, foi de dar a palavra ao Senhor Vereador no período de antes da ordem do dia, uma vez que é de seu entendimento que a intervenção do público não deve ter resposta.-----

O Senhor **Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** começou por dar os parabéns ao Senhor Deputado Cláudio Rebelo pelo novo cargo. Sabe que as nomeações para este tipo de cargo são feitas por convite do Senhor Presidente da Câmara Municipal, porém, neste caso, a sua “bola de cristal” diz-lhe que não foi bem assim, uma imposição quiçá. Adicionalmente referiu que espera que o Senhor Deputado Cláudio Rebelo, enquanto Chefe de Gabinete consiga fazer as “pontes” necessárias entre o Executivo e a Oposição. Por último, questionou se é verdade que ficará mais tempo na Casa da Cultura do que propriamente no gabinete que lhe está adstrito.-----

Reforçou a intervenção do Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus quanto à quebra de protocolo aquando da visita do Senhor Primeiro Ministro. Referiu que deveria ter sido recebido no Salão Nobre dos Paços do Concelho, até porque é o local onde se exerce a verdadeira democracia, e não num espaço privado, como foi o que aconteceu.-

Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionando se existe algum programa relativamente às cerimónias evocativas dos 500 anos do Foral de Mêda. No que concerne à convocatória aos munícipes para auscultação dos problemas dos fregueses, gostava de saber porque é que os relatórios dessas sessões estão a ser enviados para pessoas que não foram eleitas e não estão a ser enviados para os Senhores Vereadores.-----

Deu os parabéns ao Senhor Deputado José Heitor da Fonseca pelo trabalho realizado, dando nota que em termos de resiliência, os que cá se mantêm têm resiliência para dar e vender. Não obstante ter gostado do slogan “Mêda, amiga das famílias”, considera que este slogan apenas se aplica aos idosos que votam no Partido Socialista. Por último,

disse também ter registado como positivo o slogan “Mêda verde”, mas só se for com a construção do Regadio Tradicional da Coriscada.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente às comemorações do V centenário, e enquanto Presidente da Comissão Organizadora afirmou que a mesma está a trabalhar no programa.-----

Quanto à auscultação dos fregueses, recordou que foi algo que anunciou aquando da campanha eleitoral. Deu conhecimento de que as referidas auscultações são feitas aos domingos no período da tarde. De cada sessão é elaborado um relatório, que depois é enviado ao Senhor Presidente e Vice-Presidente da Câmara. De qualquer forma, transmitiu que já no dia de ontem procedeu ao envio dos mesmos para os Senhores Vereadores.-----

O Senhor **Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS)**, no uso da palavra, começou por dar os parabéns ao Executivo em Exercício e à Oposição pela aprovação, de forma unanime, dos diplomas de transferências de competências na área da cultura e da proteção animal. Registou de forma positiva, que apesar de, por vezes existirem algumas divergências partidárias, neste caso, o supremo interesse das populações e do concelho foi colocado em primeiro lugar.-----

Registou a vinda do casal de médicos de família como algo muito positivo, salientando que esta não era a única boa notícia. Há sinais bastantes positivos de que o nosso Serviço Universal dos CTT, não será encerrado.-----

Agradeceu ao seu colega de bancada, Deputado José Heitor da Fonseca, o excelente trabalho realizado. Disse que também o programa eleitoral do Partido Socialista se encontra plasmado no documento, mas espera que lhe seja enviado o documento completo para uma melhor análise do mesmo.-----

Sobre a sua nomeação enquanto Chefe de Gabinete, recordou e confirmou a situação referida na intervenção do Senhor Deputado Fernando Lopes, justificando que, naquela altura, estava a dar os primeiros passos dentro do que é a política e achava que a nomeação do Senhor Deputado Fernando Lopes como Chefe de Gabinete, era situação única no país. Concluiu dizendo ao Senhor Deputado Hermínio Albino que as pontes serão criadas.-----

O Senhor **Vereador Aurélio Saldanha**, invocando o direito de resposta, começou por

discordar, em absoluto, da interpretação que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal faz do artigo 60.º do regimento.-----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retificando que foi invocado o artigo 67.º do regimento e não o artigo 60.º.-----

De novo no uso da palavra, o Senhor Vereador, salientou a ausência do munícipe, pelo que não compreende como é que pode ter sido lida uma carta no período destinado à intervenção do público quando é exigido ao mesmo uma inscrição para poder intervir. Contou que fazendo parte de órgãos eleitos há vários anos, esta é a primeira vez que assiste a uma situação destas. Face ao exposto, acusou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de interpretar o regimento de forma muito egocentrista, roçando, por vezes, a prepotência. Declarou que estas situações não podem ocorrer, até porque estamos num regime democrático. Quanto à carta enviada pelo munícipe Pedro Pereira, salientou que a mesma faz uma apreciação crítica de políticas do passado, as quais o Senhor Vereador desconhece por completo. Continuando, referiu que a mesma teve origem numa leitura da ata da Sessão de 28 de setembro de 2018 da Assembleia Municipal, face à interpelação do Senhor Deputado Pedro Lourenço sobre o Sporting Clube de Mêda. A essa intervenção, o Senhor Vereador recordou que respondeu que tinha sido aprovada em reunião de Executivo uma proposta de atribuição de um apoio financeiro ao Sporting Clube de Mêda, como tinha sido aprovada uma proposta de apoio financeiro no valor de 25.000,00€ ao festival Mêda+, sendo que 20.000,00€ correspondiam ao apoio dado pela Câmara Municipal para a realização do festival, e 5.000,00€ a dívidas do festival do ano anterior. Frisou não estar contra a realização do festival Mêda+, mas não pode apoiar a cultura de irresponsabilidade que se está a verificar quanto à gestão dos apoios financeiros dados pelo Município. Defendeu que tem que haver responsabilidade quanto à gestão de dinheiros públicos. Passou a ler parte da carta, nomeadamente onde se refere o Instituto Português da Juventude, e que face à inscrição no programa RENAJE, não é necessário ter contabilidade organizada. Pura falsidade. Declarou que ao não ser exigida a contabilidade organizada, a Associação também não se pode candidatar a nada. Mais declarou que este assunto tem sido por demais debatido nas últimas reuniões de Câmara, que acabou por elaborar um relatório de contas. Quando se refere, na ata de 28 de setembro, de 2018, às contas de merceeiro, não quis com isto dizer que as mesmas estavam malfeitas, muito pelo contrário.

Recordou que os antigos merceeiros até tiravam a prova dos nove e a prova real e as contas batiam sempre certo. O que está aqui em causa é o formato. Relativamente às contas apresentadas pela Associação resumiu que em 2016, o festival Mêda+ teve uma receita de 47.817,00€; em 2017 – 42.414,00€ e em 2018 - 37.000,00€. Em termos de despesa: em 2016 – 50.729,00€; em 2017 – 50.600,00€ e em 2018 – 54.494,00€. O resultado global traduz-se em saldos negativos de 2.917,00€ em 2016; 8.185,00€ em 2017 e 16.672,00€ em 2018. Neste contexto e tendo em conta o pensamento do município expresso na carta, a Câmara tem que sistematicamente preencher uma lacuna devido à má gestão do festival. Mais disse, que num primeiro pedido o relatório de contas apresenta valores diferentes do relatório de contas apresentado com um segundo pedido. Finalizou lendo uma passagem do atual Presidente da Associação Juvenil Mêda+ feita no segundo pedido: *“(...) ao longo dos últimos anos, as verbas de apoio do município têm vindo a aumentar, causando maior impacto orçamento deste, sem visíveis aumentos de público e qualidade.”*-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, face ao leque de intervenções produzidas, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à Moção apresentada pelo Senhor Deputado Fernando Lopes, garantiu que o Executivo continuará a pugnar por uma melhor saúde.-----

Sobre a não vinda do Senhor Primeiro Ministro aos Paços do Concelho, esclareceu que essa foi, desde o início, uma exigência sua. Na altura, foi-lhe transmitido pelo Gabinete do Senhor Primeiro Ministro que o tempo era muito limitado, pelo que não poderia efetuar a visita aos Paços do Concelho.-----

Agradeceu ao Senhor Deputado José Heitor da Fonseca pelo trabalho apresentado, e espera que os Senhores Deputados deem o seu contributo.-----

Sobre o Ecocentro da Mêda, confirmou que a Resiestrela realizou uma sessão de sensibilização para recolha de cartão. Nessa mesma sessão foi abordada a possibilidade de ter um técnico da Resiestrela a tempo inteiro no Ecocentro da Mêda. Ficou a promessa de essa situação vir a ser resolvida num curto espaço de tempo.-----

Interveio o Senhor **Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD)** sugerindo à Mesa que alternasse as intervenções feitas pelos Senhores Deputados das diversas bancadas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dando por concluído o período de antes da ordem do dia, deu início ao período da ordem do dia.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs à Assembleia, se nenhum deputado se opuser, que o ponto 3 da ordem de trabalhos fosse discutido neste momento, uma vez que se encontra presente um técnico da Associação de Municípios da Cova da Beira para fazer a apresentação do projeto, e que tem que estar presente numa reunião em Belmonte. Não havendo oposição ao proposto, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para apresentação dos esclarecimentos que entendesse relevantes e necessários face ao ponto de discussão.-----

PONTO 3 – PARA APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA N.º 07/2019 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E RESPECTIVA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MÊDA;-----

Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara disse julgar oportuna a presença do Técnico, Dr.º Carlos Santos, da Associação de Municípios da Cova da Beira, para apresentação do projeto. Aditou, face à informação distribuída, que se pretende iniciar a instalação de luminárias LED.-----

Seguidamente passou a palavra ao Dr.º Carlos Santos, que fez a apresentação do documento que se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo II).-----

O Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)** disse que este foi um assunto abordado em campanha eleitoral pelo Partido Social Democrata. Não obstante aplaudir a decisão tomada pelo Executivo, esta peca por tardia.-----

O senhor Vereador Aires do Amaral solicitou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar o seu sentido de voto. Autorização concedida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador.-----

O Senhor **Vereador Aires do Amaral** explicou que a sua abstenção em reunião de Câmara se deve ao facto de, e apesar de concordar com o projeto, existem nele muitas dúvidas que não lhe permitem votar de outra forma que não seja a abstenção.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que concluída a discussão do ponto, iria passar-se à votação do **ponto três**.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com os votos a favor (10 PS, 3 PSD, 4 CDS/PP, 4IND), e três abstenções do PSD (Paulo Amaral, Rui Droga e Fernando Lopes), aprovar a repartição de encargos e respetiva assunção dos compromissos futuros, ao abrigo do disposto na alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, relativamente ao presente procedimento, no montante de €3.050.315 (três milhões cinquenta mil e trezentos e quinze euros), nos termos do disposto no n.º 1 da cláusula 6 do Caderno de Encargos.-----

Quando eram treze horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs à assembleia Municipal a suspensão dos trabalhos para almoço. Mais informou que os mesmos recomeçariam às 15 horas. Nada havendo oposição ao proposto, o Senhor Presidente deu por suspensos os trabalhos.-----

Às 15h10m, verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por reiniciada a sessão.-----

PONTO 1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número um da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para alguma informação adicional que seja necessária.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou nada ter a aditar face à informação previamente distribuída, disponibilizando-se para prestar qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Interveio o Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)**, destacando as melhorias que a informação sofreu, intuindo que seja já resultado do trabalho do novo Chefe de Gabinete. Ainda assim, continua, na sua opinião, a anos-luz daquilo que é desejável. Mas o caminho faz-se caminhando. Aproveitou este ponto para apelar ao Senhor Presidente para efetuar as démarches necessárias junto da Altice, para que a cobertura de rede móvel seja uma realidade em todo o concelho.-----

No uso da palavra, o Senhor **Deputado Municipal Rui Droga (PSD)**, questionou em que ponto é que se encontra a recuperação do Castelo de Longroiva. Recordou que, ainda antes de se iniciar a campanha eleitoral foi lá colocado um cartaz a anunciar as obras. Neste momento estão lá apenas duas barras de ferro a cair e as obras tão anunciadas, nada.-----

Seguidamente alertou para o mau estado em que se encontram as escadas de acesso à torre de menagem do castelo.-----

Por último, gostava de saber em que ponto é que está o orçamento participativo.-----

Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao Centro Interpretativo de Longroiva, informou que já foi feita uma candidatura, que foi aprovada, mas devido a uma expropriação de um terreno que necessariamente teve que ser feita, teve que ser feita nova candidatura. Apesar destes contratemplos, assegurou que a obra ainda arrancará este ano.-----

Tomou nota do alerta sobre o estado em que se encontram as escadas de acesso à torre de menagem do castelo.-----

Sobre o orçamento participativo, recordou que foi o projeto da freguesia de Longroiva que, na altura, ganhou. Mais recordou que o projeto que ganhou fazia parte do projeto para o Centro Interpretativo.-----

Sobre as questões colocadas pelo Senhor Deputado Fernando Lopes sobre a rede móvel, fez saber que estão a decorrer conversações neste sentido com a Altice, havendo a promessa da sua concretização num curto espaço de tempo.-----

Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a **Assembleia Municipal de Mêda tomou conhecimento da “Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira”**.-----

PONTO 2 - PROPOSTA N.º 05/2019 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º E 3º GRAU:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com o **ponto dois** da ordem de trabalhos, considerando que a informação é suficiente e fundamentada, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, decorrente da aprovação do organograma da Câmara, torna-se necessário criar chefias para as unidades orgânicas.

Mais disse que do distrito da Guarda, a Câmara Municipal de Mêda deve ser a única que não tem Chefes de Divisão.-----

O Senhor **Deputado Municipal Fernando Lopes (PSD)**, declarou (tal como já o havia feito aquando da aprovação do organograma) que não é com estes concursos que a Câmara e o concelho se desenvolvem. Defendeu que, primeiramente, deveria pensar-se num plano estratégico de desenvolvimento e depois colocar cada um dos funcionários nas funções para as quais mostra mais vocação.-----

Seguidamente, interveio o Senhor **Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** dizendo que após ouvir as palavras do Senhor Presidente da Câmara não ficou convencido da necessidade de provimento destes cargos. Justificou que gostava de ouvir, por parte do Senhor Presidente argumentos de que é necessário proceder ao provimento destes cargos porque vem ajudar a resolver problemas de operacionalidade; porque vem melhorar a performance dos serviços, e não, como foi referido, vamos fazer porque somos a única Câmara do Distrito que não tem providos os cargos de Chefe de Divisão. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que lhe desse explicações mais concretas e mais convincentes sobre esta matéria.-----

O Senhor **Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD)** disse concordar inteiramente com a abertura destes procedimentos concursais, uma vez que, e no seu entendimento, é necessário, uma Câmara Municipal, ter técnicos superiores que façam a ligação entre o Executivo e os restantes funcionários, o que leva a uma gestão equilibrada dos serviços. Transmitiu que, apesar da sua vontade política ser votar favoravelmente a proposta, acompanhará o seu vereador, pelo que abster-se-á.-----

Ao Senhor Deputado Hermínio Albino, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que não se trata de nomear só por nomear. É uma necessidade existirem Chefes de Divisão.-----

Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o **ponto dois** a votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com os votos a favor (9 PS e 3 IND) e as abstenções (4 PSD: Paulo Jorge de Lemos Amaral, Jorge Miguel Graça Lourenço, Rui Miguel Costa Droga e Fernando Jorge Pinto Lopes e 3 do CDS/PP: Fernando Manuel Sérgio de Jesus António Manuel da Silva

Ramos Hermínio José Costa Albino) aprovar a composição do júri constante da proposta em epígrafe.-----

PONTO 4 - PARA CONHECIMENTO, RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – ANO 2018 – DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MÊDA (CPCJ):-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número quatro da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para alguma informação adicional que entenda necessário.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse nada ter a aditar, disponibilizando-se para prestar qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Interveio o Senhor **Deputado Municipal Paulo Amaral (PSD)** elogiando a capacidade e competência dos técnicos, nomeadamente da técnica que continua a fazer os relatórios com bastante zelo e eficácia. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mêda que, em seu nome e em nome do Partido Social Democrata, faça chegar estas palavras de apreço pelo trabalho realizado à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Mêda.-----

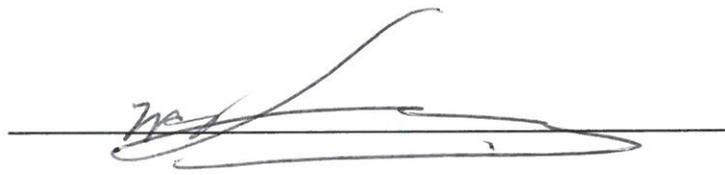
Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a **Assembleia Municipal de Mêda tomou conhecimento do “Relatório anual de atividades – ano 2018 – da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda (CPCJ)”**.-----

APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações por minuta, assinadas pelo Presidente e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos órgãos Autárquicos, a qual foi aceite e deliberada por unanimidade, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.----

ENCERRAMENTO:-----

Quando eram quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal de Mêda, Primeiro e Segundo Secretário e por mim que a lavrei, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos .-----

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, sweeping initial 'M' followed by a horizontal line and a long, thin tail extending to the right.

Antônio Oscar Dias de Azevedo Sampaio

Luiz Filipe Barros Lopes

Suzana Maria Bonagó Silva